

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

Maria José Soares Béchade

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DA INTERATIVIDADE

São Paulo

2014

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

**Especialização em gestão e Políticas Públicas**

Maria José Soares Béchade

**A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ATRAVÉS DA INTERATIVIDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção de título de especialista em Gestão e Políticas Públicas

**Tutor:** Fábio Pereira de Andrade

São Paulo

2014

## SUMÁRIO

<b>1. RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. RESUMÉ .....</b>	<b>5</b>
<b>3. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>4. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>8</b>
<b>5. MARCO CONCEITUAL .....</b>	<b>10</b>
<b>6. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>13</b>
<b>7. OBJETIVOS ESPECIFICOS .....</b>	<b>13</b>
<b>8. CRONOGRAMA .....</b>	<b>14</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>10. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>16</b>

## **1. RESUMO**

O objetivo deste trabalho é destacar a importância da implantação do Programa 4D de interatividade, através da TV Pública Digital (aberta) para garantir a participação popular, assim como ser um canal de informação e disseminação dos programas e serviços da gestão municipal.

Mesmo com mecanismos de participação social, a exemplo do Orçamento Participativo, Ouvidoria e Portal da Transparência o número de pessoas que participam das tomadas de decisão e exercitam seu direito de opinar sobre a gestão é pouco.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa poderá implantar o programa 4D, através do Canal Público e Digital da TV aberta, ao já recebeu o direito de outorga para funcionamento.

Um dos problemas apresentados para a efetivação da participação popular no tocante à elaboração e execução dos projetos para implementação de uma gestão realmente popular e participativa é a baixa participação dos cidadãos e cidadãs, o que se torna um desafio para os governos petistas, que priorizam em suas diretrizes a Participação Popular Cidadã e o Controle Social.

Por isso, a importância de novos canais de disseminação das Políticas Públicas e dos serviços ofertados pela Administração Pública à população, que cheguem mais próximos do cidadão e da cidadã e que disponibilizem o acesso de forma clara, objetiva, rápida e que garanta interatividade e efetiva participação.

Palavras-chave: Participação Popular; TV Digital; Comunicação; TV Pública.

## 2. RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de mettre en évidence l'importance de la mise en œuvre du programme 4D interactivité , à travers la télévision numérique publique ( ouverte) pour assurer la participation populaire , ainsi que d'être un canal d'information et la diffusion de programmes et de services de gestion municipale .

Même avec des mécanismes de participation sociale , comme le budget participatif transparence Portail Médiateur et le nombre de personnes qui participent à la prise de décisions et d'exercer leur droit d'exprimer une opinion sur le peu de gestion .

La ville de Joao Pessoa peut déployer programme 4D grâce à la diffusion TV Channel publique et numérique , d'avoir reçu le droit d'accorder opération.

L'un des problèmes posés à la participation effective du public en ce qui concerne la préparation et la mise en œuvre de projets pour la mise en œuvre d'une gestion très populaire et participative est la faible participation des citoyens , qui devient un défi pour les gouvernements PT qui donnent la priorité à ses lignes directrices de la participation populaire aux citoyens et le contrôle social.

Par conséquent , l'importance de nouveaux canaux de diffusion des services de politique publique et de l'administration publique offerts par les gens qui viennent le plus proche du citoyen et du citoyen et qui donnent accès à claire, objective , et pour assurer l'interactivité rapide et efficace participation .

Mots-clés: la participation de la population ; La télévision numérique ; communication ; TV publique .

### 3. INTRODUÇÃO

A participação popular e cidadã está inserida em um dos eixos temáticos que sustentam o Programa do Modo Petista de Governar e que garante a efetivação da democracia, o exercício pleno de cidadania ativa e de controle social. Dentro desse contexto, as ferramentas e os canais de comunicação desempenham papéis primordiais na disseminação das políticas públicas, assim como na relação entre os Governos e a população, facilitando o acesso à informação, as tomadas de decisões e a compreensão do grau de satisfação referente aos serviços prestados pela administração pública.

Um dos problemas apresentados para a efetivação da participação popular no tocante à elaboração e execução dos projetos para implementação de uma gestão realmente popular e participativa é a baixa participação dos cidadãos e cidadãs, o que se torna um desafio para os governos petistas, que priorizam em suas diretrizes a Participação Popular Cidadã e o Controle Social.

Os canais de participação popular, como o Orçamento Participativo, os Conselhos e mais recentemente as experiências de Governo Eletrônico, são ferramentas importantes na garantia do direito à participação, mas, no entanto, se deparam com algumas limitações, a exemplo da falta de motivação, as regras para a participação e a falta de recursos materiais e financeiros para garantir o acesso de todos e de todas.

Por isso, a importância de novos canais de disseminação das Políticas Públicas e dos serviços ofertados pela Administração Pública à população, que cheguem mais próximos do cidadão e da cidadã e que disponibilizem o acesso de forma clara, objetiva, rápida e que garanta interatividade e efetiva participação.

A experiência pioneira do Brasil 4 D (Desenvolvimento, com Democracia e Diversidade, por meio das tecnologias Digitais), desenvolvida pela EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), TV Câmara, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da UFPB (Lavid), Universidade de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Católica de Brasília (UCB), poderá ser testada nas gestões petistas como um canal eficaz de interatividade, através da TV Digital, e como um instrumento de promoção da cidadania, de acesso rápido e fácil, à população mais carente sobre seus direitos, serviços e políticas públicas disponíveis.

O Projeto Piloto Brasil 4D foi posto em prática, através da TV Câmara Municipal de João Pessoa, no período de 2012-2013, de acordo com o pesquisador Castillejo<sup>1</sup>, visando garantir o direito fundamental da Constituição de 1988 de que os cidadãos têm de serem informados de tudo o que se relaciona ao Estado, por isso, é de seu interesse particular que esse direito faça parte da essência da democracia. (Art. 5, XXXIII). Incluindo o acesso à TV Digital aberta interativa e o uso de múltiplos serviços de Internet que podem colaborar para a inclusão social e digital no país.

De acordo com relatório final apresentado, o projeto colaborou na busca por indícios de:

- I. Redução da exclusão digital a partir do uso da TV Digital interativa;
- II. Ser possível identificar medidas para fortalecer as TVs públicas no Brasil por meio do projeto operador de rede;
- III. Ser possível formular recomendação de políticas públicas para permitir a implantação de um novo modelo de TVD pública no Brasil, garantindo o acesso da população à informação sobre os serviços públicos ofertados pelo Estado brasileiro;
- IV. Que é possível aumentar a participação dos cidadãos na tomada de decisões em nível local, estadual e federal;
- V. Que é possível aumentar a prestação de contas do governo por meio da interatividade via controle remoto na TDV, a partir dos serviços de t-governo, que transformam a relação entre o governo e os cidadãos;
- VI. Que houve aumento das oportunidades dos cidadãos para a troca de conhecimento e um maior acesso às ferramentas educativas, como foi o caso do conteúdo de educação financeira oferecido pelo Banco do Brasil;
- VII. Que é possível aumentar a oferta de conteúdos audiovisuais digitais interativos, fornecimento de conteúdo como resultado da criação da Rede Nacional de Radiodifusão Pública Digital Interativa; e
- VIII. Que houve impulso aos benefícios sociais e econômicos para o conjunto da população participante do projeto e que, se replicado em outras regiões do país, poderia ajudar o conjunto da população, em especial, as famílias de baixa renda.

#### 4. JUSTIFICATIVA

Com a chegada do PT ao Governo Central, após um longo período da ditadura militar, que cerceou direitos individuais e coletivos e o livre direito de expressão, e, ainda, da experiência neoliberal em nosso país durante a década de 1990, desmantelando e privatizando o Estado Brasileiro, a participação popular vem sendo pensada como eixo de uma plataforma democrática de governo para garantir direitos e para quebrar paradigmas de prioridades no tocante à democratização e universalização das políticas públicas.

A priorização das políticas sociais são marcas dos Governos pós-neoliberais dos Governos Lula e Dilma, que vem construindo e dando oportunidades de inclusão social a milhões de brasileiros e brasileiras. A participação popular também é um dos eixos de desses governos, que ainda trabalha na ruptura do modelo neoliberal, defendidos pelos Governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Collor de Melo, e que retardou, entre outras coisas, a democratização do acesso à informação e a participação cidadã.

O Governo Democrático e Popular, instalado nos últimos dez anos, por Lula e Dilma, facilitou o acesso das famílias menos favorecidas a bens de consumo e uma vida mais digna. O acesso aos aparelhos eletrônicos se deu de forma espetacular, contribuindo com o esquentamento do mercado interno e para o acesso aos meios de comunicação, especialmente a televisão, que é um canal importante de interação com as famílias de baixa de renda e que mais precisam das políticas de inclusão social.

A população brasileira tem na TV o principal veículo de acesso à informação e entretenimento. De acordo com pesquisa do IBGE (2011), existem 98% de penetração de TV aberta na região urbana.

A TV digital, que vem sendo implantada de forma gradativa no Brasil, as novas tecnologias, a experiência de interatividade (4D) e o aparelho de TV, que já se encontram na maioria dos lares brasileiros, poderão ser um canal de fácil acesso, de compreensão rápida e de interatividade instantânea na aplicabilidade de medição, consulta e participação popular. Uma ferramenta de democratização e universalização dos serviços e das políticas públicas na área social, de saúde, educação, de inclusão e participação.



As características marcantes do Governo Democrático e Popular Petista ainda não superou o “emperramento” da burocracia excessiva, a lentidão nos serviços e respostas oferecidos à população e uma maior participação popular.

Os mecanismos de comunicação e de interação atuais podem contribuir para a descentralização dos núcleos de Governos e podem ser o caminho para ouvir e responder as necessidades de cada região e anseios da população, de forma ágil e eficaz. Além dos grandes fóruns para debater e receber demandas da população, com a presença dos administradores, a exemplo do que já acontece nos Orçamentos Participativos, as gestões podem incentivar as novas tecnologias em 4D, que através da TV e o controle na mão a população poderá escolher serviços, marcar atendimentos, acessar informações administrativas sem sair de casa.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa se encontra em processo de aquisição de um sinal de TV Aberta e Digital, tendo o direito de outorga já publicado pelo Ministério das Comunicações. O canal poderá ser uma ferramenta de interatividade com a população do município, podendo seus programas e projetos serem discutidos, avaliados, votados e reivindicados pelos moradores, através de programas específicos desenvolvidos através de equipamentos especiais para colocar em prática essa interatividade e de parcerias com a Universidade Federal da Paraíba e a Empresa Brasileira de Comunicação.

Como na experiência piloto, que trabalhou com os beneficiários do Bolsa Família, inicialmente, poderão ser selecionadas algumas famílias em vários bairros da cidade, através de programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa ou mesmo pessoas beneficiárias de outros serviços da administração.

A Secretaria de Transparência e a Ouvidoria da Prefeitura de João Pessoa poderá ser o canal dentro da gestão para dar o suporte ao projeto de interatividade, já que possuem programas e cadastros de pessoas que já utilizam serviços de participação social.

## 5. MARCO CONCEITUAL

Um dos aspectos que restringe a implantação do governo de esquerda no Brasil é a limitação de articulação de um novo sistema político que quebre as “heranças” malditas das práticas conservadoras, coronelistas e capitalistas de um Estado dependente das políticas externas e de conluio do pragmatismo político local que impedem a inovação e renovação do funcionamento burocrático de governo e das transformações necessárias para inversão de prioridades do ponto de vista das políticas públicas capazes de inverter as prioridades de um Estado em transição para a efetivação de um governo de esquerda, onde as políticas públicas devam ser voltadas e submetidas à vontade popular.

A estrutura centralizadora, corporativista e repressora que dominava o Estado brasileiro, assim como o endividamento e as prioridades baseadas em conceitos políticos e de práticas capitalistas e neoliberais fazem do Estado Herdado uma estrutura um tanto imobilizada.

Símbolo de luta e de resistência em sua essência, o Partido dos Trabalhadores não demorou muito em se firmar como partido de esquerda e como projeto de Poder que veio para realizar mudanças estruturais no País, pós-período ditatorial e posteriormente ao período neoliberal, quando de sua ascensão à presidência da República.

Sua trajetória teve como consequência a quebra da hegemonia capitalista, principalmente aplicada durante os governos neoliberais de FHC, e vem servindo de parâmetros à economia mundial no tocante à crise mundial, ao mesmo tempo em que inverte as prioridades locais e consegue por em prática uma política de crescimento com sustentabilidade e participação popular, diminuindo as desigualdades sociais no País, através da distribuição de renda, da melhoria na qualidade dos serviços e das políticas públicas implantadas, propiciando uma melhor qualidade de vida à população e tirando mais de 22 milhões de pessoas da pobreza extrema e a ascensão econômica de cerca de 40 milhões de trabalhadores, como bem é retratado no livro “Lula e Dilma – Dez anos de Governos Pós-neoliberais”, organizado por Emir Sader.

De acordo com o pesquisador Eduardo Tadeu, no texto que aborda as “Diretrizes e eixos comuns do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar”, o Plano de Governo da gestão democrática e popular deve assumir como pressupostos:

(...) O compartilhamento de poder entre governo e sociedade na tomada de decisões sobre os assuntos em discussão. O governo tem obrigação de explicitar seus projetos e interesses, e em casos específicos, deve defender o seu programa de governo (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois o governo é ator central do processo participativo e não mero porta-voz dos interesses difusos na sociedade.

(...) A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade – preferencialmente organizada e institucionalmente reconhecida – dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública, especialmente das políticas públicas, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade. (TADEU, p. 11).

Os grandes meios de comunicação - apesar de exercerem sua importância como disseminadores de informações e serem ferramentas importantes para a consolidação da democracia vêm esquecendo o seu verdadeiro papel, o de informar com qualidade, imparcialidade, veracidade e contribuir para a formação de opinião de forma transparente, equitativa e educativa. Com algumas ressalvas, a mídia tem se tornado uma ferramenta reprodutora de um sistema capitalista onde a notícia transformou-se em produto de mercado ou de barganha política, assim como um instrumento de aculturação.

Os grandes grupos de comunicação tornaram-se verdadeiros balcões de negócios ou mesmo verdadeiros partidos políticos. E o pior, os consumidores/leitores/telespectadores, em sua maioria, não entendem ou não conhecem os interesses que permeiam os bastidores de grande parte das notícias, dos veículos e dos “acordos” entre empresários de comunicação, grupos políticos e/ou governos constituídos e grupos empresariais. Muitos assuntos pautados são frutos de contratos financeiros ou de conveniência política que trazem benefícios aos donos ou aos veículos. As pessoas vêm sendo usadas como massa de manobra por grupos comerciais e políticos (que se confundem entre si, já que muitos empresários de comunicação estão dentro de grupos políticos e vice-versa), assistindo inertes à modelagem e repetição de estereótipos de vidas sem nada fazerem para uma mudança real e acreditando ser a mídia o espelho de suas realidades cotidianas. Essa manipulação exercida pelos grupos midiáticos tem caráter político-ideológico ou comercial e é, em grande parte, patrocinada pelos contratos comerciais que não aparecem na narrativa das informações.

Por isso, no âmbito de um governo transformador é de fundamental importância o planejamento de uma política de Comunicação voltada para a quebra desses paradigmas, com a valorização dos profissionais de Comunicação, com o incentivo às mídias alternativas e com o fortalecimento de uma política comunicacional que despregue dos veículos convencionais e

oligárquicos, que vem dando mostras de uma má contribuição na distribuição de uma informação voltada para o fortalecimento da democracia, do respeito à diversidade, do serviço à população e para a real mudança e educação de nossa sociedade.

A TV Pública aparece nesse contexto como ferramenta importante nessa quebra de referência de massificação e padronização de ideias, podendo ser para os Governos Democráticos um canal de democratização das informações, mas, também, uma ferramenta de inserir os cidadãos e cidadãs nas tomadas de decisões importantes e, com a implantação de algumas ferramentas de participação, pode ainda atrair a população na formatação de projetos de Governo.

Através de mecanismos da TV Digital e ferramentas da internet estende-se a possibilidade de interação e de real participação da população. Consultas podem ser marcadas, serviços oferecidos pela gestão podem ser consultados e agendados e informações oficiais governamentais podem ser questionadas, avaliadas, criticadas e sugeridas.

O estudo realizado pela EBC como Operador da Rede Nacional de Radiodifusão Pública Digital tende a consolidar-se como ferramenta importante de inclusão do conjunto da sociedade brasileira na Sociedade da Informação e do Conhecimento. “Trata-se de uma política pública de inclusão social e digital que pretende colaborar para o desenvolvimento do conjunto da sociedade brasileira. Os resultados da pesquisa de campo realizada em João Pessoa com apoio de 17 instituições, entre elas a EBC e o Banco Mundial, apontam a urgência e a importância desse tipo de projeto inovador no país (BRASIL 4D, 2013).

## **6. OBJETIVO GERAL**

. Implantar a ferramenta 4D na futura TV Pública e Digital de João Pessoa, em canal aberto, como instrumento de interatividade e participação social e digital entre a gestão municipal e a população.

## **7. OBJETIVOS ESPECIFICOS**

. Propor um Plano de Ação para execução do Projeto de Implantação da Ferramenta 4D na futura TV Pública e Digital de João Pessoa.

. Propor um Projeto de Captação de Recursos para subsidiar os trabalhos da equipe técnica e os equipamentos eletrônicos necessários.

.

. Executar a experiência piloto em parceria com a UFPB, a EBC e outros parceiros.

## 8. CRONOGRAMA

Julho.....apresentação do TCC ao prefeito de João Pessoa

Agosto.....elaboração do Plano de Ação

Setembro.....elaboração do Projeto de Captação de Recursos

\* Será estabelecido um prazo de um ano a partir da implantação da TV Pública Digital Aberta, que será concedida à Prefeitura Municipal de João Pessoa, para a implementação do Projeto Piloto 4D.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A priorização das políticas sociais são marcas dos Governos pós-neoliberais do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma. Políticas que vêm construindo e dando oportunidades de inclusão social a milhões de brasileiros e brasileiras. A participação popular também é um dos eixos desses governos. Essas características fazem parte do Modo Petista de Governar e vem se estendendo para as administrações locais.

A Administração Municipal de João Pessoa (PT) tem implantado ferramentas importantes para garantir a participação popular, a exemplo da Secretaria da Transparência, a Ouvidoria, o Portal da Transparência, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Dentro dessa perspectiva, a Secretaria de Transparência, a Ouvidoria Municipal e a TV Cidade João Pessoa iniciaram processo de discussão junto aos pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba com o intuito de apresentar ao prefeito Luciano Cartaxo um Projeto para a implantação de experiência piloto da ferramenta 4D, através da TV Digital que está em processo de tramitação para futura implantação. A democratização da informação, a transparência e a participação popular, principalmente junto à população com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são os eixos centrais da proposta.

## 10. REFERÊNCIAS

ABDALLA, Rodrigo; CHIANCA, Luciana; CASTILLEJO, Ángel G. **Brasil 4D – Estudo de Impacto Socioeconômico sobre a TV Digital Pública Interativa**. Relatório. Brasília: EBC/Banco Mundial/Governo de Espanha, 2013.

SADER, Emir . **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Encontrado em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130610051040/LulaeDilma.pdf>, 26 de maio, 2014.

TADEU, Eduardo. **Diretrizes e eixos comuns do Modo Petista de Governar e de Atuação. Parlamentar**. Curso em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

Encontrado em: [http://neadfespsp.com.br/fpa/pluginfile.php/431/mod\\_resource/content/1/Aula-10.pdf](http://neadfespsp.com.br/fpa/pluginfile.php/431/mod_resource/content/1/Aula-10.pdf)

TORVES, José Carlos. **Televisão pública**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.